

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata Reunião da Comissão de Finanças – Junho/2022

Ata da reunião da Comissão de Finanças do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos - CMAS, realizada no dia 14 de junho de 2022, no auditório do EMAPS, com a presença da Secretaria Executiva, Sra. Tainara e Sra. Adelma, de conselheiros e convidados, conforme lista de presença abaixo:

COMISSÃO I - FINANÇAS	GOVERNO	O. SOCIAL	TRABALHADOR	USUÁRIO
Tassia Queiroz Prado - SEDS	P	***	***	***
Rayssa Ramos Barja - SEDS	J	***	***	***
Luiz Otávio Galvão de Barros - SEDURB	P	***	***	***
Jorge Manuel de S. Ferreira - SEDURB	J	***	***	***
Itiel Pereira de Araújo Filho - SEFIN	P	***	***	***
Casa do Sol – Diego Fonseca Santana	***	P	***	***
Albergue Noturno – Josenice Profírio	***	P	***	***
Casa vó Benedita – Roberta Paulino	***	F	***	***
Margarett Samara Soares	***	***	P	***
Leandro Lapetina Freire	***	***	P	***
Clovis Ubiratan Manoel Deolindo	***	***	J	P
Rogério Aparecido Dos Santos	***	***	***	P
TOTAL	3	2	2	2

Rodrigo Lachi

DEPROS E

A reunião teve seu início as quatorze horas e dez minutos em segunda chamada. Sr. Itiel iniciou a reunião agradecendo os presentes e colocando as pautas a serem discutidas, também solicita a sra. Tassia que envie os relatórios de prestação de contas com antecedência para que os conselheiros possam avaliar antes das reuniões. Sra. Tassia apresenta a prestação de contas do trimestre, do fundo municipal da assistência social. Novamente foi pontuado sobre os valores relativos a exames dos servidores da SEDS. Sra. Tassia sugere a devolução do valor do recurso ao Fundo, fazendo algum pagamento pela conta fora Fundo e cancelamento dos empenhos novos de exames. Foi detalhado os gastos com Cheque de adiantamento. Os Conselheiros

questionam se existe contrato de manutenção preventiva de elevadores. Sra. Tassia acessa o site do SIGECON para mostrar o contrato, onde foi verificado que consta no contrato. O CMAS entrará em contato com a SECOF para verificar se é feita a manutenção dos elevadores. Também enviará e-mail para as unidades Centro Pop, Casa Dia, Cras Bom Retiro e NAI, com o mesmo intuito. Foi observado a compra de um telefone sem fio para o conselho, o que não ocorreu. Sra. Tassia informa que o contrato com a empresa de Alarmes e monitoramento não será renovado, que o monitoramento será realizado pela SEPLAN. O Município receberá três repasses de recursos do Estado, sendo para fortalecimento das ações do CADÚnico, Benefícios Eventuais e Ampliação de vagas de acolhimento para operação inverno. Sr. Rodrigo informa que o repasse da operação Frente Fria será utilizado para ampliação das vagas no abrigo do canal 1 (antigo abrigo sigiloso). O repasse de BE será ofertado aos usuários de acordo com a resolução do CMAS. Sr. Rodrigo informa que os planos de trabalho para conceção dos bens permanentes do Projeto de Promoção da rede socioassistencial do município de Santos foram aprovados pela Comissão de Seleção (Sr. Humberto, Sra. Samanta e Sr. Rodrigo). Sendo 11 milhões para rede privada e 6 para a rede pública. Os conselheiros questionam o motivo de a SEDS ter retirado o representante do CMAS desta comissão e o sr. Rodrigo respondeu que a portaria atende a legislação. Foi questionado se os planos de trabalho irão passar para aprovação do conselho, antes da assinatura do termo. O representante da SEDS informa que irá levar a solicitação para o sr. Humberto. Sr. Leandro questiona sobre as OS que não executam os serviços e que receberão o recurso. Sr. Rodrigo pontuou que a comissão avaliou somente o plano de trabalho, e que a atribuição de inscrição das OS é do CMAS. Também informa que o trâmite é aprovação do plano pela comissão e o conselho só aprova a prestação de contas. Sra. Margaretta fala da precarização do serviço público, do investimento do Estado nas OSs e terceirização dos serviços públicos. Sr. Rodrigo fala que é consequência da rede socioassistencial que em sua maioria é terceirizada no município, sendo esta escolha do município. Foi pactuado que os planos serão analisados nas comissões de finanças e na comissão de política, até o fim do mês. Caso o CMAS não aprove o plano de ação de algum projeto, não irá prejudicar as outras OS, devido a cada plano ser um processo individual.